

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 7.431 de 2006

(Da Comissão de Educação e Cultura)

Regulamenta o art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica.

EMENDA Nº.....

Dê-se ao artigo 2º, parágrafo 2º do Substitutivo em epígrafe a seguinte redação:

Art.2º.....

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional, **bem como aqueles profissionais egressos por aposentadoria dos cargos ou funções em que desempenharam as atividades aqui referidas, nas unidades escolares de educação básica.**



JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa eliminar a inconstitucionalidade do Substitutivo em epígrafe, porque ele determina que o piso beneficie os profissionais que estão em atividade nas unidades escolares que especifica, excluindo, portanto, os inativos. Afronta, assim, os dispositivos constitucionais que asseguram, além da integralidade dos proventos, a paridade de reajuste salarial entre ativos e inativos, isto é, paridade plena, aos que satisfaçam os requisitos legais (artigos 6º e 7º da **EC Nº 41/2003** e artigos 2º e 3º da **EC Nº 47/2005**) Essa paridade salarial é integralmente cumprida para os servidores do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e para as categorias mais poderosas do Poder Executivo, que ao descumprir esse direito para as restantes, as obriga a recorrer ao Judiciário, sujeitando-se a uma espera de vários anos para obter as sentenças, não raro, após a morte dos impetrantes.

Todos os parlamentares também usufruem da paridade de subsídio entre os que estão no exercício do mandato e dos aposentados.

É, portanto, de direito e de justiça, que o Substitutivo esteja de acordo com a Constituição e não negue aos profissionais aposentados do Magistério os possíveis benefícios proporcionados por um recálculo dos respectivos proventos, baseado em escala de vencimentos iniciada com o novo piso, se ele for maior do que o anterior.

Sala da Comissão, em 01 de abril de 2008

Deputado Regis de Oliveira

